

Tecnologias de comunicação e modelos de participação política¹

Thalita Gonçalves da Rocha²

Francisco José Paoliello Pimenta³

Universidade Federal de Juiz de Fora, MG

Resumo

Este trabalho tem por finalidade rever conceitos bibliográficos que relacionem as mudanças cognitivas advindas da articulação de tecnologias de comunicação com o modelo de interação oferecido pela democracia representativa, vigente no Brasil, além de delinear as etapas, segundo o método Pragmaticista, para que se chegue a uma hipótese, ou conclusão de caráter provisório sobre essa questão.

Palavras-chave: Tecnologias de Comunicação; mudanças cognitivas; modelos de participação política; Pragmaticismo.

1. Tecnologias de comunicação, mudanças cognitivas e a mente coletiva.

Desde o início da década de 60, o filósofo canadense Marshall McLuhan já defendia que as tecnologias de comunicação não apenas alteram os hábitos da vida humana, mas também as estruturas do pensamento e da valoração. Em sua obra “Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem”, o autor dividiu a história da civilização ocidental letrada em duas eras: a mecânica e a elétrica (McLUHAN, 1964, p.17).

A era mecânica, iniciada com a alfabetização fonética, foi marcada por tecnologias fragmentadas, especializadas e lineares, já a era elétrica, marcada pela “simulação tecnológica da consciência humana” (McLUHAN, 1964, p.17), culmina

¹Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Vigilância, Criptografia, Ativismo e Redes Sociais Federadas, do VIII Simpósio Nacional da ABCiber, realizado pelo ESPM Media Lab, nos dias 03, 04 e 05 de dezembro de 2014, na ESPM, SP.

²Graduanda de Comunicação Social- UFJF, bolsista PET SESU/ MEC. Email: thalita3rocha@gmail.com.

³ Orientador do trabalho. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação - PPGCom/UFJF. Tutor do PET Facom. Email: paoliello@acesa.com.

em uma implosão do tempo e do espaço e no direcionamento da humanidade a uma “aldeia global”.

Pode-se fazer uma relação com o que McLuhan chamou de “aldeia global” e o conceito de “inteligência coletiva” do filósofo francês Pierre Lévy, pois ambos apontam para o crescimento de uma mente coletiva. Essa seria um “campo total da consciência inclusiva” (McLUHAN, 1964, p.124), ou seja, uma “inteligência distribuída por toda parte” (LÉVY, 1994, p. 28) que seja coordenada em tempo real com o auxílio das tecnologias de comunicação.

A ideia do pensamento humano como construção coletiva liga esses conceitos à obra do lógico C.S. Peirce. Para ele, assim como os demais seres vivos, os seres humanos estão inseridos em uma corrente sígnica, a lógica ou o “pensamento” do Universo (PEIRCE, 1931-58) e os processos de descoberta e raciocínio são mais eficientes à medida em que se aproximam dessa lógica. (PEIRCE, 1931-58).

Um dos fatores que favorecem a proximidade dos conceitos com a lógica do Universo seria a heterocrítica, ou seja, a atitude de submeter os conceitos ao maior número de críticas possíveis (PEIRCE, 1931-58). Numa atualização dessas ideias, Henry Jenkins (2006) ressalta em seu livro “Cultura da convergência” como as tecnologias de comunicação estão possibilitando certa medida de heterocrítica ao mercado midiático, dando vários exemplos da construção coletiva de significação e significados pelos grupos de consumidores.

Ao observar comunidades de fãs de *Survivor*, *Matrix* e Guerra nas Estrelas, Jenkins ilustra com vários exemplos a articulação da inteligência coletiva à tomada de decisões: os fãs formam uma grande enciclopédia sobre suas séries, agregando as partículas de informações individuais (JENKINS, 2006; e também LÉVY, 1994); as comunidades seguem um modelo de participação direta e aberta, embora com o tempo, a verificação de maior *expertise* no assunto desencadeie hierarquias baseadas na confiabilidade (JENKINS, 2006); a formação das comunidades segue um padrão geograficamente desterritorializante, com trocas de informações em tempo simultâneo (JENKINS 2006; e também McLUHAN, 1964) e os grupos se unem em movimentos e protestos para exigirem o cumprimento ou negociação de suas sugestões com os representantes do mercado midiático (JENKINS, 2006).

Essa ação coletiva que dá aos consumidores maior poder de representatividade frente ao mercado também poderia, segundo Jenkins, influenciar a tomada de outros tipos de decisões:

A inteligência coletiva pode ser vista como uma fonte alternativa de poder midiático. Estamos aprendendo a usar esse poder em nossas interações diárias dentro da cultura da convergência. Neste momento, estamos usando esse poder coletivo principalmente para fins recreativos, mas em breve estaremos aplicando essas habilidades a propósitos mais “sérios”(JENKINS, 2006, p.28).

Perguntamos então: será que um desses propósitos mais sérios poderia ser a participação política?

2. Tecnologias de comunicação e o modo de participação política.

Um fato em comum nas obras dos autores citados acima é que eles dedicaram capítulos e partes de seus livros para pensarem como ficariam variadas questões de caráter social e político em vista das transformações cognitivas geradas pelas tecnologias de comunicação.

McLuhan, por exemplo, fez críticas severas à forma de funcionamento das instituições sociais de um modo geral. Para ele, essas instituições estavam fundamentadas na era mecânica e não conseguiriam coexistir com a dinâmica de transformação da era elétrica (McLUHAN, 1964). A política, juntamente com as formas tradicionais de ensino, foram seus alvos mais citados:

À medida em que aumenta a velocidade da informação, a tendência política é a de afastar-se da representação e delegação de poderes em direção ao envolvimento imediato de toda a comunidade nos atos centrais de decisão (...) quando se introduz a velocidade elétrica nessa organização mandatária e representacional, esta obsoleta organização somente pode sobreviver em função de uma série de subterfúgios e artifícios, que provocam a indignação de muitos observadores, que consideram esses recursos como traições soezes aos objetivos e propósitos originais das formas estabelecidas (McLUHAN, 1964, p. 230).

Como se pode perceber, o autor defendia um envolvimento direto da comunidade ao invés do sistema representativo, mesma ideia que é retomada por Pierre Lévy ao redigir um “Manifesto por uma política molecular” (Lévy, 1994), no qual descreve um sistema de democracia direta, através de “ágoras virtuais” (LÉVY, 1994, p.62).

Para Lévy, os procedimentos dos governos atuais são para sociedades estáveis, mas hoje vivemos em constantes mudanças e em meio a oceanos de informações e por

isso “o hiato entre o caráter diluviano dos fluxos de mensagens e os modos tradicionais de decisão e orientação faz-se cada vez mais evidente” (LÉVY, 1994, p.61). Tanto ele quanto McLuhan adjetivam essa forma de governo como “lenta, rígida e burocrática” e Lévy, indo mais adiante, diz que esse sistema compromete a real democracia.

Existem três correntes que definem a democracia: aristotélica, romana e de Maquiavel. A concepção aristotélica da soberania do povo restrita às leis por ele mesmo deliberadas foi adotada na maior parte da tradição do pensamento ocidental, embora a democracia representativa ocidental siga alguns padrões da democracia romana, na qual o povo “cria o direito através do voto” (Bobbio, 1994), ou seja, o povo é a fonte originária do poder, mas pode existir um efetivo detentor do poder soberano (Bobbio, 1994).

Quando Lévy fala em democracia, ele se aproxima do modelo aristotélico e aponta as tecnologias de comunicação como favorecedoras dessa deliberação conjunta, articulando essa ideia ao modelo das ágoras gregas:

O uso dessas “ágoras virtuais” melhoraria sensivelmente a elaboração das questões, a negociação e a tomada de decisão em coletivos heterogêneos e dispersos. (...) A democracia só progredirá explorando da melhor forma as ferramentas de comunicação contemporâneas. (LÉVY, 1994, p.62)

Portanto, seu manifesto é por uma “democracia direta”, seguindo o seu modelo da “Dinâmica da cidade inteligente” (LÉVY, 1994), uma “utopia realizável” que Jenkins retoma em sua obra. Com uma visão mais comedida, o pesquisador norte-americano destaca campanhas inspiradas na cultura popular que trazem à tona ideias de “mudanças no papel do público no processo político”(JENKINS,2006, p.287) e na forma como as pessoas pensam sobre comunidade e poder, “para que sejam capazes de mobilizar a inteligência coletiva e transformar o governo” (JENKINS, 2006, p.287).

Jenkins ressalta também que o ambiente do ciberespaço, apontado por Lévy como lugar ideal para ocorrer à dinâmica interativa que possibilita a democracia direta, é um ambiente onde ocorre um “jogo de forças” entre mídias e entre corporações tradicionais e grupos alternativos. Isso quer dizer, segundo ele, que o ambiente por si mesmo não é suficiente para gerar espontaneamente as “ágoras virtuais”, mas que “o público precisa lutar por seu direito de participar, por seu acesso

à informação e pelo consequente poder de moldar os processos democráticos” (JENKINS, 2006, p.292).

Outro autor que associou o ciberespaço com a democracia foi Howard Rheingold, em seu livro “A comunidade virtual” (1996). O pesquisador norte-americano descreveu as comunidades ou agregações sociais no ciberespaço como lugares para debates, desenvolvimento de laços sociais e autoconstrução de culturas diversificadas (RHEINGOLD, 1996), apontando, como Jenkins, que para isso é fundamental que “as suas capacidades latentes sejam conduzidas, deliberada e inteligentemente, por uma população esclarecida” (RHEINGOLD, 1996, p.17).

Segundo Rheingold, as Comunicações Mediadas por Computadores - CMC poderiam vir a veicular e a refletir os códigos culturais, o subconsciente social e o autoconceito dos seres humanos em três níveis: alterando percepções, pensamentos e personalidades no sentido individual; no desenvolvimento das relações interpessoais, no sentido de comunidade e, por fim, no nível político, que deriva do nível social (RHEINGOLD, 1996).

Para Rheingold, essa veiculação torna o futuro das CMCs e da democracia intimamente ligados:

Em virtude da sua influência potencial nas convicções e percepções de um número tão grande de indivíduos, o futuro da Rede está ligado ao futuro da comunidade, da democracia, da educação, da ciência e da vida intelectual – algumas das instituições humanas mais prezadas, independente da importância dada ao futuro da tecnologia da informática (RHEINGOLD, 1996, p. 19).

Mas será que as aspirações desses autores ainda estão em um plano ideal futurista ou já se pode notar uma emergência de movimentos em prol dessa forma democrática? E ainda, será que o nível de esclarecimento ou pelo menos de percepção da população em relação às possibilidades políticas do ciberespaço estaria, de fato, em um ritmo crescente?

Para obter algumas respostas, mesmo que iniciais ou provisórias, é que esta pesquisa foi iniciada, tendo o método Pragmaticista como viés de compreensão.

3. Pragmaticismo e o lançamento da hipótese.

3.1 O método do Pragmaticismo.

Charles Sanders Peirce trouxe várias contribuições teóricas para a pedagogia, a psicologia instrumental, a matemática e a ciência de modo geral. Mas o estudioso americano dedicou a maior parte de seus esforços para estudar a lógica, e, a partir disso, idealizou uma teoria que busca entender a lógica envolvida nos fenômenos:

Assim, em resumo, a minha filosofia pode ser descrita como a tentativa de um físico para conjecturar, por exemplo, acerca da natureza do universo tanto quanto os métodos da ciência o permitam, e com o auxílio de tudo aquilo que os filósofos anteriores fizeram. (PEIRCE, C., 1983, p.113).

Sobre essa natureza do universo, Peirce observou que ela seguia uma lógica própria, pensamento que posiciona sua teoria na corrente realista (PIMENTA, 2014), já que considera os fenômenos externos à compreensão humana e o real como “aquilo que não é o que eventualmente dele pensamos, mas que permanece não afetado pelo que possamos dele pensar”(PEIRCE, C., CP.,8.12).

Observando os fenômenos, Peirce desenvolveu um sistema de categorias universais para entendê-los e deu início ao seu estudo da Fenomenologia, “ou doutrina das categorias” (SANTAELLA, 1997): a Primeiridade, categoria das qualidades e potencialidades; a Secundidade, relativa à existência concreta; e a Terceiridade, categoria das leis e convenções. Após sua proposição, essas categorias permeariam todos os seus estudos seguintes.

A partir desses conceitos, o autor concebeu que o refinamento dos hábitos mentais humanos, ou seja, o processo lógico que o homem realiza para ampliar seus conhecimentos, configuraria uma busca por uma aproximação a essa lógica do Universo. Peirce sintetizou alguns passos desse processo e daí surgiu o Pragmaticismo (PIMENTA, 2014), ou “método para determinar o significado dos conceitos intelectuais” (SANTAELLA, 1997).

Esses passos seriam, segundo ele, seguidos tanto para ampliação de conhecimentos intelectuais simples por parte de animais, quanto para as descobertas científicas, ou seja, qualquer busca de significação. Pimenta sintetiza assim essa postura:

O significado passa a ser associado a uma possível mudança de hábitos derivada de resultados obtidos com a investigação, decorrente, por sua vez, do lançamento de hipóteses, da dedução de suas possíveis consequências práticas e da avaliação do grau de confirmação indutiva desses efeitos previstos perante os fatos observados (PIMENTA, 2014, p.12).

Conforme já afirmamos acima, as três categoriais estão presentes em todos os estudos de Peirce e, portanto, aparecem nas etapas dessa busca ou investigação representadas nas três formas de raciocínio: a abdução, a indução e a dedução.

3.2 O flash da abdução.

A abdução é o processo lógico de associação entre ideias inusitadas derivadas dos juízos perceptivos que são desencadeados pela relação entre signo e objeto (PIMENTA, 2014), ou seja, é uma espécie de *insight*, conforme diria Peirce:

A sugestão abdutiva advém-nos como num *flash*. É um ato de *insight*, embora um *insight* extremamente falível. É verdade que os diferentes elementos da hipótese já estavam em nossas mentes anteriormente; mas é a ideia de reunir aquilo que nunca antes tínhamos pensado em associar que lampeja a nova sugestão diante de nossa contemplação (Peirce, 1931-58: 5.181).

Por meio da abdução lançamos hipóteses, que são respostas provisórias no esforço de compreensão àquilo que se impõe à percepção, decorrente de um contexto existencial independente e infinito. Esse seria o objeto dinâmico, ou Percepto, (PIMENTA, 2014), que, no caso desta pesquisa, seriam os processos de interação com as tecnologias de comunicação e com a política. Partimos da ideia de que esses contextos existem de modo independente deste trabalho e são infinitos em suas variáveis e, portanto impossíveis de serem totalmente descritos e entendidos dinamicamente por uma única mente ou em uma obra acadêmica. Daí, a necessidade de constantes reformulações e novas pesquisas, dentro da postura de humildade científica proposta por Peirce sob o nome de ‘falibilismo’

O lançamento de hipóteses parte, então, de uma sequência perceptiva que é desencadeada em uma mente interpretadora quando esta entra em contato com os objetos dinâmicos. Mas como já foi dito, esses objetos são infinitos, portanto, o contato com eles se dá através de suas representações, ou signos.

Na primeira fase da percepção, a mente interpretadora entra em contato com um signo “tomado como originário” do objeto dinâmico, o Representamen

(PIMENTA, 2014). É importante lembrar que o objeto dinâmico possui várias faces, ou representações e essa mente dialogará apenas com algumas delas.

Esse signo originário, então, “gera um primeiro interpretante, ainda inconsciente, que constitui o objeto imediato” (PIMENTA, 2014, p.32). A expressão “interpretante” se refere a um outro signo que é gerado na mente interpretadora:

Cumprer a definição a noção de interpretante. Não se refere ao intérprete do signo, mas a um processo relacional que se cria na mente do intérprete. A partir da relação de representação que o signo mantém com seu objeto, produz-se na mente interpretadora um outro signo que traduz o significado do primeiro (é o interpretante do primeiro). Portanto o significado de um signo é outro signo — seja este uma imagem mental ou palpável, uma ação ou mera reação gestual, uma palavra ou um mero sentimento de alegria, raiva... uma ideia, ou seja lá o que for. (SANTAELLA, 1983)

Essa corrente de signos que são traduções de outros signos prossegue indefinidamente, num processo denominado semiose, e, assim como um outro signo intitulado Juízo Perceptivo é gerado como interpretante do Representamen, o objeto também gera um novo signo, um ‘objeto imediato’, que funciona como um seu interpretante (PIMENTA, 2014).

Nessa pesquisa, o objeto imediato principal que poderíamos obter seria a percepção da interação com as tecnologias de comunicação como geradoras de mudanças cognitivas em direção ao fortalecimento da “mente coletiva”, assunto do primeiro capítulo deste trabalho. E o Juízo Perceptivo, ou seja, a “consciência de algo singular por meio de representação geral” (PIMENTA, 2014), seria a sensação de que essas mudanças cognitivas estariam se disseminando (PIMENTA, 2014), e que, ao mesmo tempo, a rejeição ao padrão de interação proposto pela democracia representativa também esteja aumentando.

Por fim, na terceira fase da percepção, um novo signo é gerado para traduzir o signo “juízo perceptivo” em relação ao novo objeto constituído pelo objeto imediato, e esse novo interpretante recebe o nome de inferência abdutiva, ou seja, chega-se à hipótese proposta.

Antes que a hipótese seja aqui descrita, no entanto, é preciso que ela seja localizada. Assim, dentro do infinito campo que descreve as tecnologias de comunicação, será considerado o subgrupo das redes digitais, e, mais especificamente, como subgrupo dessas redes, serão contempladas as plataformas multicódigos,

definidas por Pimenta como aqueles processos comunicacionais que se dão de forma sinestésica, presencial, ubíqua e imediata, e nos quais as mentes envolvidas apresentam maior consciência de seus hábitos inferenciais e dos próprios processos que as envolvem (Pimenta, 20014). E dentro do campo também infinito de exemplos de democracias representativas, será selecionada a brasileira.

Portanto, considerando a democracia representativa no Brasil e o atual contexto comunicacional marcado pelas plataformas multicódigos, é proposta a seguinte hipótese: à medida em que aumenta a interação dos cidadãos com os processos comunicacionais multicódigos, se observada maior consciência de suas características funcionais, mais ocorre uma rejeição aos padrões de participação política no Brasil, advindo daí a busca por saídas inovadoras.

Essa hipótese é uma associação de duas ideias presentes nas mentes interpretadoras envolvidas, ou seja, a interação com os processos comunicacionais que se dão nas plataformas multicódigos, das tecnologias de comunicação como geradoras de pensamentos em transformação, e a rejeição ao padrão interativo da democracia representativa brasileira. A associação decorre de um insight, ou, conforme diz Peirce, de um lampejo diante dessa relação (1931-58: 5.181).

4. Justificativas contextuais da hipótese

Para melhor entendimento e justificativa dessa hipótese é preciso especificar seu contexto existencial e sógnico, a começar pela ideia de estar havendo um aumento da rejeição ao padrão interativo oferecido pela democracia representativa. Partimos da compreensão de que os autores citados no segundo capítulo representam parte desse contexto sógnico do conhecimento, ou seja, são representantes de um campo epistemológico que aborda a relação das tecnologias de comunicação com uma nova forma de se enxergar a participação política. E daí, de um modo geral, eles inferem que o aumento da interação com essas tecnologias possui uma relação de proporção direta a uma rejeição ao modo de interação da democracia representativa (McLuhan 1964; LEVY 1994; RHEINGOLD, 1996)

Ainda no campo epistemológico, pode-se citar o cientista político francês Bernard Manin, conhecido por seus trabalhos sobre a democracia representativa⁴. Em seu artigo “As Metamorfoses do Governo Representativo”, Manin discorre sobre uma crise da representação política nos países ocidentais por conta de um declínio nas relações de identificação entre representantes e representados. Para ele “a eleição de representantes já não parece um meio pelo qual os cidadãos indicam as políticas que desejam ver executadas” (MANIN, 1995).

Esse cientista político também caracteriza o governo representativo a partir de quatro princípios comuns a todos os governos desse tipo: os representantes são eleitos pelos representados; os representantes não tem obrigação legal, no sentido jurídico, de cumprirem o que prometerem aos representados; a opinião pública sobre assuntos políticos pode se manifestar independentemente do controle do governo; e as decisões políticas são tomadas após debate.

É interessante notar semelhanças e diferenças entre alguns desses princípios e o modelo de articulação observada nas comunidades de fãs analisadas por Henry Jenkins, citadas no início desse trabalho. O primeiro ponto é que em ambos a hierarquia é desencadeada com base na confiabilidade, visto que os representantes e fãs dão “voz” a indivíduos que consideram capazes. No entanto, nas comunidades a hierarquia não impede a participação aberta, ou seja, mesmo que certos indivíduos tenham maior credibilidade, a opinião de todos pode ser considerada. Serve, nesse caso, o exemplo que Jenkins traz no capítulo sobre *Survivor*, relativo ao governo representativo, no qual os representantes ganham a “voz” oficial e podem inclusive mudar suas prerrogativas, conforme o segundo princípio de Manin.

O outro ponto é que tanto os grupos de fãs quanto de representados se unem por interesses comuns organizando movimentos e protestos e utilizam de práticas coletivas de coibição, apesar da falta de suporte jurídico. É o caso dos fãs que combinam de não comprarem determinado produto como forma de pressão comercial, ou dos representados que tentam impedir as reeleições através de mobilizações da opinião pública.

⁴ WIKIPÉDIA. **Perfil de Bernard Manin**. Disponível em: <
http://fr.wikipedia.org/wiki/Bernard_Manin > Acesso em 20 out 2014.

A partir do contexto existencial da hipótese é possível observar alguns fatos que podem estar relacionados a essa proporção, embora se admita que existam infinitas variáveis em suas constituições, por serem esses fatos objetos dinâmicos. Em 2013, o Brasil já era o 5º país com maior número de conexões à internet, com 87% dos brasileiros acessando a rede pelo menos uma vez por semana.⁵ Apesar de a maioria dos acessos ainda serem em *lan houses*, cerca de 38% das pessoas se conectam diariamente e estima-se que o acesso à internet vá crescer em até 14,7 % no país até 2017⁶.

Concomitantemente, 2013 foi marcado por protestos em busca da inovação social no país: o movimento que ficou conhecido como “Junta Brasil”, envolveu 438 cidades brasileiras, mobilizando cerca de 2 milhões de brasileiros⁷. Uma das características observadas nesse movimento foi a diversidade de suas pautas. Diferente das manifestações de 1992, por exemplo, que tinham o foco no *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello, no “Junta Brasil” os manifestantes foram às ruas por insatisfações variadas. E, nesse contexto, o termo “insatisfação política” apareceu muitas vezes com conotação geral.⁸

Por fim, em 2014, ano de eleições, pesquisas mostram que embora 74% da população brasileira estejam ansiando por mudanças na próxima gestão presidencial⁹, apenas 26% estavam interessadas nas eleições de Outubro de 2014¹⁰.

⁵ TO BE GUARANY. **Dados, estatísticas e projeções sobre a internet no Brasil.** Disponível em: <<http://tobeguarany.com/internet-no-brasil/>>. Acesso em 06 jun. 14.

⁶ GLOBO.COM. **Publicidade na web vai crescer mais de 18% no Brasil, diz PwC.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2013/06/publicidade-na-web-ira-crescer-mais-de-18-por-ano-no-brasil-diz-pwc.html>>. Acesso em 13 jun. 14.

⁷ CORREIO BRASILIENSE. **Quase 2 milhões de brasileiros participaram de manifestações em 438 cidades.** Disponível em: <http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/brasil/2013/06/21/interna_brasil,372809/quase-2-milhoes-de-brasileiros-participaram-de-manifestacoes-em-438-cidades.shtml>. Acesso em 01 abril. 14.

⁸ Uma lista de reportagem que citam discursos com essa conotação pode ser encontrada na seção “Anexos” dessa pesquisa.

⁹ JORNALISMO POLÍTICO. **População está pessimista e 74% dos brasileiros quer mudança, diz pesquisa.** Disponível em: <<http://jornalismopolitico.org/populacao-esta-pessimista-e-74-dos-brasileiros-quer-mudanca-diz-pesquisa/>>. Acesso em 30 ago.2014

Assim, a partir desses dados e do uso do método Pragmaticista, justifica-se que essa hipótese seja viável e, portanto passível de ser testada em pequenas amostras à posteriori.

Anexos

Lista de links de reportagens e artigos que apresentam o discurso de insatisfação política com conotação geral e apartidária:

1. G1 BRASIL. Resultado das manifestações de junho. Disponível em: <
<http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/> >.
Acesso em 10 out. 2014.
2. REVISTA DE HISTÓRIA.COM.BR. **O protesto de 17 de junho de 2013.** Disponível em: <
<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/o-protesto-de-17-de-junho-de-2013>>. Acesso em 19 jun. 2013.
3. ZH ELEIÇÕES. **O que sobrou dos protestos de Junho de 2013.** Disponível em:< <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/eleicoes-2014/noticia/2014/10/o-que-sobrou-dos-protestos-de-junho-de-2013-4613638.html> > Acesso em 21 out. 2014.
4. ESTADÃO- POLÍTICA. Ibope: Protestos derrubam credibilidade das instituições. Disponível em:
<<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ibope-protestos-derrubam-credibilidade-das-instituicoes,1059657> >. Acesso em: 20 nov. 2013.
5. MAPA COLABORATIVO #PROTESTOBR. **1º Protesto “Junta Brasil” (Além Paraíba).** Disponível em:

¹⁰ UOL NOTÍCIAIS. **Pesquisa aponta que 26% dos brasileiros não têm interesse nas eleições.** Disponível em : <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/06/19/pesquisa-aponta-que-26-dos-brasileiros-nao-tem-interesse-nas-eleicoes.htm>>. Acesso em 30 ago.2014.

<<http://protestosbr.marcogomes.com/reports/view/312>>. Acesso em 21 out. 2014.

Referências

BOBBIO, Noberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. . Brasília: Editora UNB, 1994.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

LÉVY, Pierre. **A Inteligência coletiva**. São Paulo: Edições Loyola.1998.

MANIN, Bernard. **As metamorfoses do governo representativo**. RBCS 29: 5-34.1995.

McLUHAN, M. (1964). **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix. 1964.

PIMENTA, F. **Comunicação multicódigos e o pensamento mutante**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2014 (no prelo).

PEIRCE, Charles Sanders. **Collected Papers**. Cambridge: Harvard University Press, 1931-1958.

_____. **Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. Vol. I-VI. C.Heratsshorne et Paul Weiss (eds), Vol. VII-VIII Arthur Burks (eds.) Cambridge, Massachusetts, Harvard Universty Press, 1931-1958. Citado CP seguido do número do volume e número do parágrafo.

_____, **Obras Incompletas**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural. 1983.

RHEINGLOD, Howard. (1996). **A comunidade virtual**. Lisboa: Gradiva, 1996.

SANTAELLA, Lúcia. (1997). **Roteiro Para a Leitura de Peirce**. In PARLATO, Erika Maria et SILVEIRA, Lauro Frederico Barbosa. *O Sujeito Entre a Língua e a Linguagem*. São Paulo, Editora Lovise. 93-114.

_____. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.